

Agroindústria rural no Brasil: um panorama histórico (1960 - 2017)

On-farm agro-processing in Brazil: a historical overview (1960 - 2017)

Agroindustria rural en Brasil: un panorama histórico (1960 - 2017)

Agro-industrie rurale au Brésil : un aperçu historique (1960 - 2017)

Valdemar João Wesz Junior



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/23474>

DOI: 10.4000/espacoeconomia.23474

ISSN: 2317-7837

Editora

Núcleo de Pesquisa Espaço & Economia

Refêrencia eletrónica

Valdemar João Wesz Junior, «Agroindústria rural no Brasil: um panorama histórico (1960 - 2017) », *Espaço e Economia* [Online], 25 | 2023, posto online no dia 04 setembro 2023, consultado o 23 setembro 2023. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/23474> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.23474>

Este documento foi criado de forma automática no dia 23 setembro 2023.



Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 4.0 Internacional - CC BY-NC-SA 4.0
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Agroindústria rural no Brasil: um panorama histórico (1960 - 2017)

On-farm agro-processing in Brazil: a historical overview (1960 - 2017)

Agroindustria rural en Brasil: un panorama histórico (1960 - 2017)

Agro-industrie rurale au Brésil : un aperçu historique (1960 - 2017)

Valdemar João Wesz Junior

NOTA DO AUTOR

O autor agradece à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) pelo apoio via Edital nº 105/2020/PRPPG e nº 77/2022/PRPPG.

Introdução

- 1 A transformação e o processamento da produção agropecuária nas áreas rurais perpassam séculos de existência em diferentes regiões do planeta (Gage, 2006; McGovern, 2009; Kindstedt, 2012; Leestma, 2015). No Brasil, esta prática fez parte da história cotidiana de diferentes grupos sociais rurais, como indígenas, portugueses, africanos, imigrantes não ibéricos (como italianos, alemães, austríacos, poloneses, russos, japoneses etc.), agricultores mestiços, entre outros (Pelegriani; Gazolla, 2008; Menezes; Cruz; Menasche, 2010; Niederle; Wesz Jr., 2018). E, apesar de mudanças substantivas ao longo do tempo, é uma atividade que segue presente no campo, tendo como característica uma grande heterogeneidade em termos regionais, de produtos, modos de fabricação, destinos da produção etc. (Mior, 2005; Guimarães; Silveira, 2007; Wesz Jr., 2009; Cruz; Schneider, 2010; Waquil et al., 2013; Gazolla et al., 2022; Bastian et al., 2022).
- 2 Para o contexto recente, o Censo Agropecuário de 2017 permite dimensionar a presença da agroindústria rural no Brasil. Segundo esta fonte, 852.639 estabelecimentos agropecuários beneficiavam e/ou transformavam sua produção em 2017, revelando que

16,8% do total de unidades produtivas tinha alguma atividade ligada à agroindustrialização.¹ Em termos do valor bruto da produção, este chegava a quase R\$ 15 bilhões, o que corresponde a um valor médio anual de R\$ 17.389,25 por estabelecimento que detinha a atividade. Grande parte desses estabelecimentos que processavam sua produção agropecuária era formada por agricultores familiares (84,5% do total) com predomínio das unidades de produção com até 50 hectares (85,8% do total), ainda que a atividade também estivesse presente entre produtores não familiares e com maiores superfícies. Em termos geográficos, a agroindústria rural era mais expressiva no Rio Grande do Sul (140.462 estabelecimentos), seguido por Maranhão, Minas Gerais, Bahia e Pará, todos com mais de 90 mil unidades produtoras. Contudo, em termos proporcionais, era mais significativa no Amazonas, Amapá, Maranhão, Roraima e Acre, onde pelo menos quatro de cada dez produtores rurais tinham alguma atividade de processamento em 2017. Portanto, trata-se de uma prática que segue presente nas áreas rurais do Brasil contemporâneo, com grande amplitude territorial (IBGE, 2019).

- 3 Nas últimas décadas, poder público, acadêmicos e sociedade civil organizada têm apontado a agroindustrialização da produção agropecuária como uma importante estratégia de desenvolvimento rural e de segurança alimentar, haja vista a sua contribuição na geração de empregos no campo, no acréscimo da renda das famílias, na minimização da vulnerabilidade econômica dos agricultores, na redução do êxodo rural, na preservação das culturas e tradições locais, no fortalecimento do mercado de proximidade e na produção agroindustrial sobre bases mais sustentáveis (Maluf, 2004; Mior, 2005; Prezotto, 2005; Pelegrini; Gazolla, 2008, Wilkinson, 2008; Wesz Jr.; Trentine; Felippi, 2009; Waquil et al., 2013). Além disso, Maluf (2004) destaca que o beneficiamento da produção realizado pelos próprios agricultores tem papel ímpar no enfrentamento da oligopolização dos mercados e na redução dos preços presentes no sistema agroalimentar.
- 4 Apesar disso, há uma carência de dados históricos e com amplitude nacional sobre as atividades de transformação da produção agropecuária nas áreas rurais, sendo o Censo Agropecuário a única fonte secundária disponível para o Brasil. Algumas questões já estavam presentes no Recenseamento Agrícola de 1920 e, com ajustes, continuaram sendo mapeadas nos Censos Agrícolas (1940, 1950 e 1960) e nos Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006 e 2017). Entretanto, pesquisas que analisam esse material se limitam aos Censos mais recentes, como o trabalho precursor de Fernandes Filho e Campos (2003) para 1996, assim como os estudos de Waquil et al. (2013), Kovtun (2019), Gazolla et al. (2022), Bastian et al. (2022), entre outros, com dados dos Censos Agropecuários de 2006 e/ou 2017.
- 5 Diante disso, este trabalho tem como objetivo traçar um panorama histórico da (agro)indústria rural no Brasil, identificando algumas tendências em relação ao número de produtores e à quantidade produzida dos principais produtos transformados e beneficiados entre 1960 e 2017. Vale reforçar que este recorte temporal ocorreu em função de alterações substantivas na definição de (agro)indústria rural nos Censos Agropecuários, havendo uma maior proximidade na definição a partir de 1960. O segundo recorte, em relação às variáveis analisadas, deriva do fato de que o número de estabelecimentos agropecuários produtores e a quantidade produzida foram as únicas variáveis que permanecem em todos os Censos de 1960 em diante. O terceiro recorte refere-se aos produtos analisados, priorizando aqueles que tiveram informações registradas ao longo do período. Assim, focou-se na farinha de mandioca, fubá (farinha

de milho), queijo e requeijão, manteiga, embutidos, vinho, aguardente de cana (cachaça), rapadura e fumo de corda, além do beneficiamento do arroz e do café. Estes foram os únicos produtos que tiveram seus dados coletados em pelo menos seis dos oito Censos Agropecuários ocorridos entre 1960 e 2017.

- 6 Em termos metodológicos, além da revisão bibliográfica, foram consultados e analisados os dados publicados nos Censos Agropecuários do IBGE. Nesse sentido, foram tabuladas informações referentes à (agro)indústria rural para a escala nacional. Para todos os anos (de 1960 a 2017) foram consultados os resultados definitivos nas publicações em formato de livro e, no caso dos Censos Agropecuários mais recentes (2006 e 2017), também foram sistematizadas informações no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).
- 7 Este artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, apresenta um breve contexto do processamento da produção agropecuária no espaço rural brasileiro. Na sequência, é feito um recorrido histórico sobre o mapeamento da (agro)indústria rural nos Censos Agropecuários, desde 1920 até 2017, identificando principalmente a sua definição e as variáveis disponíveis. Depois é traçado um panorama do número de produtores e da quantidade produzida dos principais produtos transformados e beneficiados no Brasil entre 1960 e 2017. Por fim, discutem-se as razões que explicam a tendência geral de decréscimo da (agro)indústria rural no país.

Processamento da produção agropecuária no espaço rural: breve contexto

- 8 O processamento da produção agropecuária é uma prática ancestral. Como mostram Pelegrini e Gazolla (2008), baseando-se em estudos históricos, há milhares de anos o ser humano transformava produtos de origem animal e vegetal. As motivações calcavam-se na obtenção de uma maior vida útil ao alimento, indispensável para mantê-lo disponível ao consumo em períodos de escassez, além de “concentrar os nutrientes, originando alimentos de maior valor nutritivo, facilitando, assim, o consumo e o transporte” (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008, p. 56).
- 9 No Brasil, a transformação da produção primária era uma prática indígena presente antes da colonização portuguesa, a exemplo da produção de farinha e de bebida fermentada a partir da mandioca. Já no período colonial, além das grandes agroindústrias de cana, cuja produção principal era o açúcar que seguia para exportação, também havia a produção de aguardente e rapadura. Estas últimas, no entanto, assumiam um papel de subprodutos. Como destaca Caio Prado Jr., “refiro estes produtos secundários da cana para completar aqui o assunto; mas é claro que já saímos do terreno próprio da grande lavoura. Trata-se no máximo de um setor marginal a ele” (1979, p. 106 [1942]). No período colonial, ademais, havia a produção queijo, manteiga, charque, entre outros produtos. Já na segunda metade do século XIX, com a formação de colônias de imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos, ganham destaque inúmeros tipos de embutidos, geleias, conservas, panificados, bebidas (vinho, sucos, grappa) etc. O fato é que, de norte a sul, o processamento de produtos agropecuários esteve historicamente presente nas áreas rurais, sendo uma prática integrante da lógica de reprodução socioeconômica dos agricultores, geralmente confinada ao ambiente doméstico, cujo destino principal era o consumo familiar (NIEDERLE; WESZ Jr., 2018).

- 10 Ao longo das décadas, mesmo com os processos de modernização da agricultura e com a consolidação dos complexos agroindustriais, o processamento e a transformação de produtos agropecuários seguiram presentes entre os agricultores.

A manutenção da prática de agroindustrialização artesanal, realizada pelos agricultores, em tempos de supremacia do processo industrial, está diretamente relacionada à cultura de subsistência camponesa, e encontra nesta um suporte para sua manutenção. Mesmo com todas as transformações ocasionadas pelo modelo de produção capitalista, esta prática persiste até hoje, fazendo parte da vida dos agricultores familiares contemporâneos, constituindo-se numa estratégia para a manutenção da agricultura familiar e possibilidade de geração de renda (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008, p. 59).

- 11 Não obstante, para uma parte dos agricultores, a produção agroindustrializada sai da cozinha e/ou do quintal, deixando de ter como foco exclusivo a produção para autoconsumo, e começa a ser comercializada nos mercados locais, muitas vezes ganhando uma estrutura própria de produção, transformando-se em um novo empreendimento. Geralmente identificada como “agroindústria familiar” ou “agroindústria familiar rural” (MIOR, 2005; GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007), ela tem sido reconhecida como uma estratégia de reprodução dos agricultores pelo seu caráter diferenciado, pois nessa atividade a inserção mercantil acontece de um modo distinto dos esquemas tradicionais de produção de *commodities*, uma vez que os agricultores passam a desenvolver de forma conjunta a produção da matéria-prima, a agroindustrialização da produção e a comercialização do artigo final (MALUF, 2004). Esta perspectiva ganhou mais projeção diante da reestruturação dos mercados agroalimentares, em que se tornou crescente a demanda por produtos artesanais, coloniais, caseiros, caipiras etc. – um conjunto de valores e qualificações agora premiados pelo mercado consumidor (WILKINSON, 2008; NIEDERLE; WESZ Jr., 2018).
- 12 Ao se referir à agroindústria rural na atualidade, é central reconhecer que existe uma grande diferenciação interna a esta atividade. Tal heterogeneidade refere-se tanto ao volume produzido quanto à forma de inserção no mercado, ao nível tecnológico, à condição legal, renda proporcionada pelo empreendimento, perspectiva dos agricultores sobre a atividade etc. (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007; PELEGRINI; GAZOLLA, 2008; WESZ Jr., 2009). Para ficar nos dois extremos, há tanto casos em que o processamento da produção é uma de várias fontes de renda presentes no domicílio, com produção de poucas unidades (muitas vezes somente na safra ou quando há excedentes), de maneira informal e com equipamentos adaptados de outras atividades, cujo destino principal é o autoconsumo, embora possa chegar até os mercados locais baseados nas relações sociais (de confiança, parentesco e amizade) e na proximidade entre produtor-consumidor; como há casos, também, de agroindústrias rurais que são a principal ocupação do estabelecimento, dispendo de um espaço físico para o processamento dentro das normas legais de funcionamento, e cuja produção alcança mercados mais distantes e de maior valor agregado (inclusive a exportação), sem deixar de manter aquele vínculo com o território e com os consumidores locais (WESZ Jr., 2009). Não é raro encontrar estabelecimentos que processam diferentes produtos, mesclando na mesma unidade ambos os perfis destacados acima.
- 13 Como mostram Waquil et al. (2013), a grande heterogeneidade da agroindústria rural pode ser evidenciada por significativas diferenças entre regiões, entre produtos e entre os mercados atingidos, que mantêm relações com as características de cada região e suas potencialidades, com os hábitos de produção e de consumo, com a disponibilidade

de matérias-primas, com os meios de acesso aos mercados, entre outros fatores. Apesar das distintas dinâmicas territoriais e setoriais, os Censos Agropecuários conseguem mapear essa diversidade de situações que envolve a agroindústria rural, pois trazem dados do conjunto dos produtores rurais (agricultores familiares e não familiares), cobrindo diferentes tipos de produção (tanto informal como formal) e de destinos (consumo, venda, estoque etc.), cujas informações perpassam a totalidade dos municípios brasileiros.

Cem anos de registros da (agro)indústria rural nos Censos Agropecuários

- 14 No Recenseamento Agrícola de 1920, o primeiro desta natureza realizado no Brasil, já constavam informações sobre o “beneficiamento do arroz, do café e do mate; fabricação do açúcar e da manteiga; descaroçamento do algodão; moagem dos cereais e outros misteres agrícolas” (p. III), “além do fabrico da farinha de mandioca, cultura peculiar a quase todas as zonas do Brasil” (IBGE, 1924, p. XXI). Nesse período foram encontrados 170.847 estabelecimentos rurais com produção de derivados de mandioca (farinha, polvilho e tapioca), 58.536 de açúcar de cana, 13.759 de vinho, 12.248 de aguardente de cana-de-açúcar e 1.166 de aguardentes de outras matérias-primas e 229 de álcool.² Considerando que em 1920 foram mapeados 648.153 estabelecimentos rurais no Brasil, pode-se dizer que pelo menos um quarto deles estava envolvido com o beneficiamento da produção³ (IBGE, 1924).
- 15 Em termos do valor total da produção agropecuária, mais de um quarto provinha de produtos industrializados em 1920, sendo que tinham maior evidência os derivados da cana-de-açúcar (açúcar, álcool e aguardente). Embora este Censo incluísse as usinas e destilarias, que seriam empreendimentos maiores e especializados, o açúcar fabricado nos estabelecimentos rurais, mediante processos mais ou menos primitivos, representa pouco menos de 2/3 da produção total; a quantidade de álcool corresponde, aproximadamente, a 1/6 e a de aguardente a mais de 4/5 das respectivas safras” (IBGE, 1924, p. XLII).
- 16 Nesse sentido, a produção fora dos grandes empreendimentos já era muito significativa no caso do açúcar e aguardente. Inclusive, os estabelecimentos rurais absorviam 59,3% do valor da produção de derivados de cana-de-açúcar.
- 17 O Censo Agrícola de 1940 também incluiu “a indústria de beneficiamento e de transformação de produtos agrícolas”, sendo que, dos 1.904.589 estabelecimentos recenseados, 399.961 agroindustrializavam a mandioca (farinha e polvilho), 122.426 processavam cana-de-açúcar (açúcar, aguardente e rapadura), 17.790 produziam vinho e 7.113 faziam farinha de trigo. Além disso, o beneficiamento do leite era muito presente, com 65.193 estabelecimentos produzindo queijo, 47.137 manteiga, 31.548 requeijão e 13.162 creme. Não estão incluídas neste grupo as 12.147 indústrias de produtos alimentares, as quais integraram o Censo Industrial. De fato, em 1940 surgiu essa preocupação sobre o que seria registrado no Censo Agrícola e o que integraria o Censo Industrial. O critério foi o de não incluir “nos resultados do Censo Industrial os dados referentes à extração, beneficiamento ou transformação de quaisquer produtos, quando essas operações estão compreendidas nas modalidades da exploração de estabelecimento agropecuário.” (IBGE, 1948, p. xxii). Assim, seriam contabilizadas no

Censo Agrícola as unidades que não fossem unidades econômicas autônomas desconectadas das atividades do estabelecimento rural.

- 18 No Censo Agrícola de 1950 altera-se esse critério.

Incluíram-se também no Censo Agrícola as atividades de beneficiamento e as de transformação, exercidas nos estabelecimentos agropecuários, desde que as primeiras se processassem de modo rudimentar e as últimas não atingissem determinados limites de produção (IBGE, 1956, p. xix).⁴

- 19 Quando esses limites eram superados, constavam no Censo Industrial. Mesmo assim, são contabilizados 404.597 estabelecimentos com transformação de mandioca, 122.847 de cana-de-açúcar, 64.913 de milho, 21.642 de trigo, 14.891 de uva, 12.111 de trigo e 5.410 de agave. Enquanto o beneficiamento da mandioca tinha maior aderência no Norte, presente em 58,2% dos estabelecimentos, no Sul se destacavam os derivados de trigo e uva. Já o Nordeste liderava o processamento de fumo e agave, além de uma expressiva produção de farinha de mandioca, enquanto no Sudeste, sobretudo em Minas Gerais, era mais presente a agroindustrialização da cana, do milho e do leite (IBGE, 1956).

- 20 No Censo Agrícola de 1960, diferentemente do anterior, “foram consideradas todas as operações de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários executadas nos estabelecimentos, independentemente dos processos utilizados e das quantidades obtidas” (IBGE, 1970, p. xvii). Duas novidades aparecem neste Censo: i) passa a identificar o número de estabelecimentos pelo produto (ex.: estabelecimentos produtores de queijo, requeijão, creme) e não mais pela matéria-prima (ex.: estabelecimentos com transformação do leite); ii) novos produtos são mapeados, como o beneficiamento do arroz, café, erva-mate, araruta, dendê e malva (alguns estavam em Censos anteriores, mas apareciam de maneira descontinuada). Não obstante, a farinha de mandioca seguia como o produto de maior número de estabelecimentos envolvidos (552.226), seguida pelo polvilho (112.809), queijo (89.685), rapadura (74.429) e manteiga (35.291) (IBGE, 1970).

- 21 O Censo Agropecuário de 1970 também investigou a produção da “indústria rural”, sendo considerada aquela “resultante do beneficiamento ou transformação de produtos agrícolas realizada em instalações existentes nos estabelecimentos (moinhos, moendas, casa de farinha etc.). A parte obtida nas unidades industriais, com produção devidamente licenciada, foi levantada no Censo Industrial” (IBGE, 1975, p. XXXII). Uma novidade foi a identificação da quantidade produzida com matéria-prima do produtor ou adquirida de terceiros. Os Censos Agropecuários de 1975, 1980, 1985 e 1996 usaram a mesma definição e, desde 1975, pode-se cruzar os dados da indústria rural com a condição do produtor em relação às terras, o destino da produção e os grupos de área total para os principais produtos transformados. Além disso, agregaram-se informações para açúcar de cana, manteiga, tapioca, canjiquinha, óleo de hortelã, xarope de açaí, compota de frutas, banha, carne, toucinho e embutidos (IBGE, 1979, 1984, 1991 e 1998).

- 22 Os últimos dois Censos Agropecuários (2006 e 2017) substituem o termo “indústria rural” por “agroindústria rural”, definida como aquelas

atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor (IBGE, 2009, p. 62).

- 23 Além disso, incluíram-se dados da produção de carvão vegetal, peles e couros, sucos de frutos, licores, óleos vegetais, pães, bolos e biscoitos, entre outros, ao mesmo tempo em que não constam mais dados de banha, aguardente de uva, farinha de trigo, entre outros. Infelizmente o Censo Agropecuário de 2017 deixou de perguntar sobre o destino da produção (IBGE, 2019), questão que estava presente desde o Censo de 1975.
- 24 Apesar dos quase 100 anos de registros, pode-se dizer que, em termos gerais, desde 1960 tem se mantido uma definição similar de (agro)indústria rural nos Censos Agropecuários, ainda que nem sempre tenham sido consideradas as mesmas informações em termos de variáveis e de produtos. No caso daqueles produtos mais consolidados em nível nacional, o número de estabelecimentos e a quantidade produzida têm seus registros assegurados na maior parte dos Censos Agropecuários de 1960 em diante, como veremos no próximo tópico.

Principais produtos agroindustrializados no Brasil (1960 - 2017)

- 25 Entre os principais produtos agroindustrializados no Brasil, mapeados para os Censos Agropecuários de 1960 e 2017, há informações para todos os anos para farinha de mandioca, fubá (farinha de milho), queijo e requeijão, manteiga, vinho, aguardente de cana (cachaça), rapadura, fumo de corda e beneficiamento do arroz e do café. No caso dos embutidos, eles só começaram a ser registrados em 1975. Outros produtos, que não serão analisados neste trabalho, tiveram uma presença mais instável, aparecendo em poucas edições dos Censos, como a banha, melado, açúcar, carnes verdes, panificados, doces e geleias, creme de leite, polpa de frutas, licores, entre outros. No caso do polvilho e da goma de mandioca, não foi possível considerá-los porque, inicialmente, só havia dados para polvilho (1960), depois houve distinção entre polvilho e tapioca (1970, 1975 e 1980), e ainda depois só se levantaram dados sobre goma (1985), enquanto em 1996 se passou a coletar dados de goma (polvilho de mandioca) e de tapioca (beiju de mandioca), somando-se tapioca e/ou goma em 2006 e 2017.
- 26 A farinha de mandioca é o produto transformado mais difundido no território nacional. ⁵ Conforme a Tabela 1, lidera o número de estabelecimentos agropecuários produtores em todos os anos da série. Em 1970, chegou a quase um milhão de unidades, estando presente em um de cada cinco estabelecimentos agropecuários brasileiros, ano em que alcançou a maior produção no período analisado. Em nível estadual, o percentual de agricultores que produziam farinha de mandioca era impressionante, pois, em 1970, chegava a 68,3% no Amapá, 66,7% no Pará, 64,0% no Amazonas, 52,5% no Acre e 51,3% em Roraima (IBGE, 1975). Atualmente segue sendo um produto muito difundido no Norte e Nordeste, sobretudo nos estados do Pará, Maranhão, Amazonas e Bahia, com mais de 50 mil produtores em 2017. Em termos proporcionais, o produto está presente em dois de cada três estabelecimentos agropecuários do Amazonas, indicando que a alta incidência tem se mantido atualmente no estado, o que não ocorreu nas outras unidades federativas (IBGE, 2019).
- 27 A farinha de milho (fubá) também teve seu pico de número de produtores em 1970 (79.881 unidades), mas seguiu sendo expressiva até 1996 (75.681), despencando em 2006, quando passou a ter menos de 10 mil estabelecimentos agropecuários envolvidos com essa atividade (Tabela 1). Os principais estados produtores, ao longo desses anos, foram Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Paraná. Ainda que as posições tenham mudado entre os Censos, Minas Gerais segue na liderança

nacional. Mas, em termos de incidência entre os produtores, o maior percentual de cobertura foi no Espírito Santo, quando 13,1% dos estabelecimentos processavam o milho para obter fubá em 1970 (IBGE, 1975), valor que atualmente não chega a 1,0% no estado (IBGE, 2019).

- 28 A produção de queijo e requeijão tem sido a segunda mais difundida no Brasil na maioria dos anos, sendo o único produto que apresenta em 2017 sua maior quantidade produzida (Tabela 1). Em 1996, quando superou os 350 mil produtores, o estado com o maior número foi o Rio Grande do Sul (91.591), seguido por Santa Catarina (59.741), Minas Gerais (57.837), Paraná (37.426) e Goiás (18.148), ainda que Minas respondesse, sozinho, por dois terços da produção total. Em 1996, o estado com maior aderência dos produtores à produção de queijo e requeijão era Santa Catarina, onde 29,4% se envolvia com essa atividade. Em 2017 este número caiu pela metade em relação a 1996, mas a produção aumentou 10,1%. Embora Minas Gerais lidere em termos de estabelecimentos com essa atividade em 2017 (41.642), a produção de queijo e requeijão está mais presente entre agricultores do Rio Grande do Sul, atingindo 9,0% do total das unidades de produção do estado, seguido por Goiás (8,8%) e Santa Catarina (8,3%) (IBGE, 2019).

Tabela 1 - Número de produtores e quantidade produzida (em toneladas ou em mil litros) dos principais produtos da (agro)indústria rural no Brasil (1960 - 2017)

Produtos	Número de estabelecimentos agropecuários produtores							
	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006	2017
Farinha de mandioca	552.226	955.811	495.129	461.497	471.243	653.739	264.882	355.207
Farinha de milho	6.649	79.881	46.052	42.607	54.052	75.681	7.438	5.344
Queijo e requeijão	89.685	152.232	147.670	215.866	299.323	358.619	80.825	175.198
Manteiga	35.291	49.739	30.462	34.131	66.410	82.569	5.762	11.511
Embutidos	-	-	106.766	220.543	304.488	112.813	17.722	44.870
Rapadura	74.429	102.151	49.009	38.272	49.701	56.645	14.680	18.161
Aguardente de cana	10.283	9.823	5.273	7.451	13.956	21.765	11.124	11.028
Vinho	8.092	30.872	29.619	20.380	46.956	19.906	8.383	8.081
Arroz	2.026	5.037	47.660	52.566	243.810	603.124	41.509	34.631
Café	13.116	2.899	77.043	50.010	46.451	135.934	8.112	11.318
Fumo em corda	26.873	54.298	47.687	32.294	27.149	26.356	8.500	7.319

Produtos	Quantidade total produzida (em toneladas ou em mil litros)							
	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006	2017
Farinha de mandioca	1.778.857	2.191.294	1.811.895	1.416.810	1.648.342	1.478.979	1.332.874	706.752
Farinha de milho	36.261	165.775	166.477	108.836	122.788	56.369	16.277	35.122
Queijo e requeijão	25.042	46.065	51.737	73.960	105.746	202.262	111.463	222.652
Manteiga	5.519	4.354	2.182	1.944	3.915	6.516	1.132	1.645
Embutidos	-	-	6.938	12.628	14.435	9.477	2.953	7.278
Rapadura	241.147	194.916	136.573	68.031	95.615	79.267	33.872	22.615
Aguardente de cana	15.699	35.041	24.410	18.654	45.135	106.980	113.208	83.409
Vinho	26.611	49.620	43.830	14.192	42.792	25.363	18.679	24.210
Arroz	9.846	3.677	38.055	43.797	164.372	513.206	107.840	45.282
Café	195.832	30.582	69.022	48.447	323.681	923.758	16.882	15.403
Fumo em corda	20.231	26.551	27.132	19.253	20.130	18.843	15.005	6.876

Fonte: Censos Agropecuários (IBGE, 1970, 1975, 1979, 1984, 1991, 1998, 2009 e 2019). Elaboração do autor.

- 29 A manteiga, outro produto derivado do leite, teve em 1996 o maior número de produtores e a maior produção, mas ambas as variáveis tiveram quedas expressivas para 2017 (Tabela 1), chegando a -86,1% e -74,8%, respectivamente. Embora o Sul seja o local com maior número de produtores, a produção provém majoritariamente do Nordeste, com destaque à Bahia, além de Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte (IBGE, 2019).
- 30 A produção de embutidos, desde que começou a ser levantada em 1975, está entre as produções transformadas mais populares. O pico de produção e o maior número de produtores foi em 1985 (Tabela 1), sendo a liderança em ambas as variáveis do Rio Grande do Sul (128.832 unidades produtoras e 7,7 mil toneladas). Ali, 25,9% dos estabelecimentos agropecuários produziam linguiça, salame, morcilha, copa etc., valor que decaiu para 9,6% em 2017, mesmo mantendo-se como principal estado produtor. Outro estado importante nesta atividade é Santa Catarina, onde a produção de embutidos cobria 22,9% dos estabelecimentos em 1985, mas que decaiu em 2017, atingindo apenas 4,1% do total (IBGE 1991 e 2019).
- 31 Entre os derivados da cana-de-açúcar, a rapadura teve o maior número de produtores no Brasil em 1970, superando as 100 mil unidades, enquanto a produção foi maior em

1960, com mais de 240 mil toneladas (Tabela 1). Minas Gerais liderou ambas as variáveis, tanto em 1960 como em 1970, seguido pela Bahia, Ceará e Piauí. Em 1970, a maior incidência da produção estava entre os estabelecimentos mineiros, com 9,7% deles produzindo rapadura (IBGE, 1975). Já em 2017, embora a produção siga sendo liderada pelos estados acima citados, o Rio Grande do Sul passa a ser o local com maior no número de produtores em termos relativos, com 1,5% dos estabelecimentos agropecuários envolvidos com a produção de rapadura, enquanto esse valor ficou em 1,0% em Minas Gerais (IBGE, 2019).

- 32 A aguardente de cana-de-açúcar, por sua vez, teve seu pico de número de produtores em 1996, com quase 22 mil produtores, enquanto a maior produção foi registrada em 2006, com mais de 110 milhões de litros (Tabela 1). Em relação a essas duas variáveis, para 1996, 2006 e 2017, a liderança foi mantida por Minas Gerais, não obstante a também relevante participação de Bahia, Rio Grande do Sul e Maranhão (IBGE, 2019). No caso do vinho, que alcançou quase 50 mil produtores em 1985, o Rio Grande do Sul absorvia 72,9% dos estabelecimentos agropecuários com a atividade, seguido por Santa Catarina e Paraná. Nos anos posteriores, os estados do Sul mantiveram sua hegemonia, respondendo por grande parte dos produtores e da produção de vinho no Brasil.
- 33 Outros dois produtos transformados que constam na Tabela 1 são o arroz (que é descascado e polido) e o café (que é moído e pode ser torrado). Ainda que agreguem pouco valor ao produto final e tenham sido excluídos de algumas análises (FERNANDES FILHO; CAMPOS, 2003; WAQUIL et al., 2013), pareceu-nos interessante manter por se ter registro de várias décadas. Em ambos os casos o maior número de produtores e de produção foi registrado em 1996 (Tabela 1). Enquanto o arroz se destaca no Maranhão, Piauí, Pará, Paraná e Ceará, o café se concentra em Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Rondônia e São Paulo.
- 34 Por fim, cabe comentar sobre o fumo em rolo ou corda, único produto não alimentício da lista. Entre 1970 e 2017 o número de produtores decaiu continuamente, passando de 54.298 para 7.319 (Tabela 1). Embora inicialmente fosse uma atividade com maior dispersão territorial, de 1985 em diante foi se concentrando em Alagoas, que responde por 75,1% dos produtores e 86,3% da produção em 2017. Outros estados com certa produção são Sergipe e Bahia (IBGE, 2019).
- 35 Analisando os dados para os diferentes produtos e anos, não obstante algumas particularidades, percebe-se um primeiro movimento de expansão da atividade nos anos iniciais da série histórica. No entanto, na sequência, há uma tendência de decréscimo no número de estabelecimentos agropecuários envolvidos e na sua quantidade produzida. O único produto que teve seu ápice em 2017 foi o queijo, na variável referente ao volume de produção. Em termos do número de produtores, nenhum produto teve seu pico em 2006 ou 2017. As razões desse movimento de queda da (agro)indústria rural no Brasil serão discutidas no próximo tópico.

Principais razões do decréscimo da (agro)indústria rural no Brasil

- 36 A redução, em termos gerais, no número de estabelecimentos agropecuários produtores e no volume de produção da (agro)indústria rural no Brasil tem inúmeras causas. Nesta seção indicaremos algumas razões que ajudam a explicar essa tendência geral, sem entrar em questões particulares atreladas especificamente a alguns produtos, localidades ou períodos.

- 37 Uma primeira razão se conecta com a modernização da agricultura, entendida como “transformações capitalistas na base técnica”, marcada “pela passagem de uma agricultura ‘natural’ para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente [...] num esforço de aumentar a produtividade” (KAGEYAMA et al., 1990, p. 119). Trata-se de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas que afetaram substantivamente o modo de produção da agropecuária (GRAZIANO DA SILVA, 1980). Entre os agricultores que foram aderindo às novas tecnologias, não raro ocorreu a especialização da produção, gerando processos de intensificação da produção, economias de escala e especialização do trabalho (WILKINSON, 2008). Agricultores que detinham inúmeras atividades agropecuárias, com foco no autoabastecimento e na comercialização, passam a especializar-se em um par de atividades, como o cultivo de soja e milho, deixando de se envolver com um conjunto de produtos e subprodutos, inclusive transformados. Isso se apresenta de maneira mais frequente em um contexto de envelhecimento e de redução no número de integrantes da família que vive no domicílio rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).
- 38 Outra razão, também vinculada à modernização da agricultura, refere-se à conformação e consolidação dos complexos agroindustriais no Brasil. Na segunda metade do século XX o Estado reforçou sua aposta na grande agroindústria, sobretudo aquela com potencial exportador, que recebeu inúmeros incentivos e subsídios para construção de grandes plantas agroindustriais (BELIK, 2007). Frente a isso, houve uma redução na produção de bens de consumo final pela agricultura, de modo que ela se consolidou como produtora de matérias-primas e de bens intermediários para abastecer as agroindústrias processadoras. Esta dinâmica se tornou cada vez mais frequente, sendo praticamente inevitável a interdependência e as articulações entre os agricultores e as empresas agroindustriais (MÜLLER, 1989; KAGEYAMA et al., 1990). A título de exemplo, produtores de suínos, que antes consumiam e vendiam a carne e fabricavam embutidos, vão aderindo ao “sistema de integração”,⁶ em que toda sua produção é entregue unicamente à agroindústria, seguindo os termos do contrato firmado entre o agricultor e a empresa. Ou, como descrito acima, deixam a suinocultura para se dedicar ao cultivo de duas ou três *commodities* agrícolas.
- 39 Nesse contexto, a produção dos agricultores vai sendo absorvida pelas grandes agroindústrias, que detêm marcas importantes e reconhecidas nacional e internacionalmente, que muitas vezes são a principal referência para os consumidores no momento da compra. Além disso, estas empresas vão construindo estratégias para se apropriarem de valores e distinções características da agroindústria rural artesanal, sendo esta outra causa da redução das atividades de processamento da produção pelos próprios agricultores nos seus estabelecimentos agropecuários. Entre as grandes corporações do ramo agroalimentar, é cada vez mais recorrente o uso de termos como “artesanal” (a exemplo de algumas linhas de cerveja da AB InBev ou da Heineken), “colonial” (como o “salame colonial” que foi lançado pela Sadia, da BRF), “caseiro” (como a Maionese Lisa, do Grupo Cargill, que destaca no seu rótulo “Receita tipo caseira”), “caipira” (como o “frango caipira” da marca Seara, do grupo JBS), “tradicional” (como a “farinha de milho tradicional” da Yoki, controlada pela General Mills), entre outros. Trata-se de tentativas de apropriação de um patrimônio sociocultural herdado das diferentes formas de produção camponesa no território brasileiro (NIEDERLE; WESZ Jr., 2018).

- 40 Em paralelo, nas últimas décadas, o supermercado se estabelece como a principal instituição de distribuição de alimentos e bebidas, com sua participação no total de vendas saltando de 30% para 75% entre 1990 e 2000 (PRIEL, 2004). Entretanto, a possibilidade de os agricultores comercializarem ali os seus próprios produtos esbarra em um conjunto de rígidas regras colocadas pelos supermercados, como frequência na entrega, cumprimento de padrões de qualidade específicos (para além da legislação nacional), envolvimento em promoções dentro do supermercado etc. (WILKINSON, 2008). Esta participação fica ainda mais complexa entre aqueles agricultores menos organizados e que possuem reduzida e descontínua produção.
- 41 Ainda no tema dos supermercados, eles se consolidaram como espaços de comercialização em que o consumidor geralmente encontra uma ampla variedade de produtos, de distintas marcas, ainda que controladas por poucas empresas. Um estudo feito pela ONG Repórter Brasil e pela Fundação Friedrich Ebert aponta que dez grandes companhias – entre elas Unilever, Nestlé, Procter & Gamble, Kraft e Coca-Cola – controlam “de 60% a 70% das compras de uma família e tornam o Brasil um dos países com maior nível de concentração no mundo” (REPORTER BRASIL, 2015). Hoje a grande maioria dos agricultores deixou de cultivar e beneficiar o café e o arroz para o seu consumo, adquirindo-os diretamente no supermercado – podendo, inclusive, comprar ambos de uma mesma empresa, como a Camil.
- 42 Além disso, outro grande problema do processamento da produção para venda refere-se às legislações, historicamente adaptadas aos grandes empreendimentos. Como destacou Prezotto (1997, p. 10),
- Segundo a legislação em vigor, as exigências são as mesmas para, por exemplo, uma unidade que industrializa 1 milhão de litros de leite por dia ou para uma miniusina com produção de 800 litros ao dia. O que se quer em última instância é a qualidade dos produtos. Esta qualidade não está, no entanto, necessariamente condicionada ao tamanho do estabelecimento. Ela não é, também, sinônimo de grande estrutura. A qualificação das instalações e equipamentos e os critérios de higiene e limpeza, estes sim, são essenciais para a produção de alimentos com qualidade. Em decorrência dos aspectos levantados tem-se, dentre outras, duas consequências relevantes: de um lado os altos índices de produtos que circulam no país sem a devida inspeção e de outro a exclusão dos pequenos produtores do processo produtivo e do mercado.
- 43 Além disso, a legislação sanitária tende a promover uma produção homogênea e com pouca diferenciação. Dorigon e Renk (2011) trazem o exemplo de uma família produtora de queijo que começou a pasteurizar o leite para adequar-se às normas do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), podendo desta forma sair da informalidade. Entretanto, a pasteurização causou alterações em seus queijos, a qual foi percebida por seus clientes e resultou na perda de mercado. Conforme relatou o agricultor aos autores,
- ele não é mais o queijo colonial, ele foge da realidade. Na época que nós fazia o queijo colonial, sem pasteurizar o leite, tinha uma venda formidável. Chagava a vender, por feira 100 kg. Hoje não estamos conseguindo vender 30 kg por feira, para ter uma ideia. [...] saiu do colonial, está na linha industrial (DORIGON; RENK, 2011, p. 111).
- 44 Além da questão sanitária, ao venderem a sua produção agroindustrializada, as famílias rurais ainda precisam atender à legislação ambiental, fiscal, tributária, trabalhista, previdenciária e cooperativista (PREZOTTO, 2005). Nesse sentido, as atividades de agregação de valor são norteadas por um marco regulatório de grande envergadura e complexidade, que coloca os agricultores em um novo patamar de obrigações,

responsabilidades e comprometimentos (WESZ Jr., 2009). Isso tem desestimulado a venda de produtos transformados, seja pelo alto investimento necessário para se adequar ao conjunto de normativas, seja pela falta de suporte técnico em todo esse processo. Por outro lado, a opção por seguir de modo informal, traz o risco de a fiscalização apreender a produção e paralisar as atividades em definitivo.

- 45 Outra razão para a redução da (agro)indústria rural no Brasil refere-se ao desaparecimento das unidades produtivas com menor área, derivado inclusive das questões pontuadas acima. Entre 1985 e 2017 ocorreu uma queda de 13,4% no número de estabelecimentos agropecuários com menos de 100 hectares (IBGE, 1991 e 2019). Vale pontuar que esse estrato é justamente aquele em que se encontravam mais de 90% dos informantes que transformavam a produção agropecuária em 1996 (Fernandes Filho e Campos, 2003). Recortando-se para as unidades produtivas com até 10 hectares, entre 1985 e 2017, a queda foi mais intensa (17,0%), sendo que este é o grupo de área mais expressivo nas atividades de beneficiamento da produção agropecuária, visto que responde por metade das agroindústrias rurais brasileiras em 2017 (IBGE, 1991 e 2019).
- 46 Além do que já foi comentado, as iniciativas de processamento da produção enfrentam problemas internos, de cunho organizacional e gerencial, somados às dificuldades de acesso a mercados e a assistência técnica, carência de tecnologias apropriadas para a agroindustrialização em pequena escala etc. (MIOR, 2005; PELEGRINI; GAZOLLA, 2008; WAQUIL et al., 2013). Vale pontuar que houve políticas públicas que procuraram enfrentar essas questões, tanto em escala estadual (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) como nacional (Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar). Entretanto, as ações dessas políticas públicas geralmente foram descontínuas, limitando-se a um governo específico, e atenderam, de maneira majoritária, às agroindústrias mais bem-estruturadas que estavam localizadas no Centro-Sul do país (WESZ Jr., 2009). Em suma, são várias as razões que contribuem na explicação deste movimento de arrefecimento da (agro)indústria rural no Brasil.

Considerações finais

- 47 Este trabalho teve como objetivo traçar um panorama histórico da (agro)indústria rural no Brasil, identificando algumas tendências em relação ao número de produtores e à quantidade produzida dos principais produtos transformados entre 1960 e 2017. Como principal resultado destaca-se, não obstante algumas particularidades, uma tendência de decréscimo da (agro)indústria rural no Brasil, com queda no número de estabelecimentos agropecuários produtores e na sua produção. As razões desse movimento são múltiplas e se conectam com o processo de modernização da agricultura, conformação dos complexos agroindustriais, consolidação das grandes empresas alimentares, estabelecimento do supermercado como o principal espaço de abastecimento dos consumidores, instauração de legislações complexas e distantes da realidade dos agricultores, desaparecimento dos estabelecimentos agropecuários com menor área e falta de políticas públicas contínuas para a atividade, além de dificuldades organizacionais, gerenciais, de acesso a mercados, entre outras.
- 48 Mesmo assim, a agroindustrialização da produção agropecuárias tem se mantido presente nas áreas rurais do Brasil, sendo praticada por um de cada seis agricultores em 2017. E, apesar de uma tendência de redução da atividade nas últimas décadas, os dados

dos dois últimos Censos Agropecuários indicam uma nova tendência de expansão. Entre os 32 produtos pesquisados sob a denominação “agroindústria rural” em 2006 e 2017, 26 tiveram um aumento no número de produtores. Entre os seis produtos com queda (aguardente de cana, vinho, arroz, café torrado em grão, fubá de milho e fumo em rolo ou corda), dois deles tiveram uma redução muito modesta, como a cachaça (-0,9%) e o vinho (-3,65). Além disso, em três de cada quatro produtos houve um aumento no percentual destinado ao consumo em relação à venda, apontando para uma retomada da produção transformada para autoabastecimento, que contribuiu para a segurança alimentar das famílias (GRISA; SCHNEIDER, 2008). Vale comentar que esse novo movimento ascendente das atividades de transformação e beneficiamento da produção agropecuária pelos próprios agricultores está conectado com a construção de circuitos de comercialização locais e institucionais, associados à crescente valorização da agrobiodiversidade e do patrimônio sociocultural dos territórios (NIEDERLE; WESZ Jr., 2018).

- 49 Em síntese, apesar de a (agro)indústria rural brasileira não estar, atualmente, em seu auge, ela segue existindo e resistindo, contrariando a ideia de que estas atividades, geralmente conduzidas em pequena escala, às vezes com estruturas e utensílios domésticos, seriam apenas resquícios de um modelo ultrapassado de desenvolvimento rural, fadadas a desaparecer com a ampliação dos grandes conglomerados agroindustriais integrados às redes transnacionais de supermercados. Não obstante os constrangimentos econômicos e institucionais existentes que afetam esse tipo de empreendimento e que desestimulam alguns agricultores a persistirem na atividade, ela segue presente, mantendo-se como uma importante estratégia de reprodução socioeconômica para muitas famílias rurais.
- 50 Como desdobramento desta pesquisa, indica-se a pertinência de novos estudos que mantenham a análise histórica da (agro)indústria rural, enfocando produtos ou localidades específicas. Isso permitiria aprofundar e explorar situações particulares, entendendo contextos próprios de alguns produtos ou territórios. Além disso, seria possível cruzar essas informações com outras variáveis, como perfil dos produtores, destino da produção, valor bruto da produção, origem da matéria-prima etc.

BIBLIOGRAFIA

BASTIAN, Lilian et al. As agroindústrias rurais nos censos agropecuários de 2006 e 2017: uma análise para o Brasil e as grandes regiões. Texto para Discussão. Brasília: IPEA, 2022.

BELIK, Walter. Agroindústria e política agroindustrial no Brasil. In: RAMOS, Pedro. (Org.) Dimensões do Agronegócio Brasileiro. Brasília: Nead, pp. 141-170 2007.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Texto para Discussão. Brasília: IPEA, 1999.

CRUZ, Fabiana Thomé da; SCHNEIDER, Sergio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

- DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. *Revista de Economia Agrícola*, v. 58, n. 1, p. 101-113, 2011.
- FERNANDES FILHO, José Flores; CAMPOS, Flávia Resende. A indústria rural no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 41, p. 859-880, 2003.
- GAGE, Fran. Wheat into Flour: A Story of Milling. *Gastronomica*, v. 6, n. 1, p. 84-92, 2006.
- GAZOLLA, Márcio et al. Agroindústrias rurais, políticas públicas e desenvolvimento regional: um perfil da agroindustrialização brasileira com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017. Brasília: IPEA, 2022.
- GRAZIANO DA SILVA, José (Org.). Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.
- GUIMARÃES, Gisele; SILVEIRA, Paulo Roberto. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerência das políticas públicas. In: *Anais do 7º Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, Fortaleza, p. 1-20, 2007.
- IBGE. Recenseamento de 1920. Rio de Janeiro: IBGE, 1924.
- IBGE. Censos Econômicos de 1940: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.
- IBGE. Censo Agrícola de 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.
- IBGE. Censo Agrícola de 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- IBGE. Censo Agropecuário de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- IBGE. Censo Agropecuário de 1975. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- IBGE. Censo Agropecuário de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.
- IBGE. Censo Agropecuário de 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- IBGE. Censo Agropecuário de 1995 - 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- IBGE. Censo Agropecuário de 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- IBGE. Censo Agropecuário de 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IÓRIO, M. C. A integração agroindustrial: o sindicalismo ante uma versão agrária da terceirização. In: MARTINS, H.; RAMALHO, J. R. *Terceirização – diversidade e negociação no mundo de trabalho*. São Paulo: HUCITEC/CEDI/Nets, p. 137-152, 1994.
- KAGEYAMA, Ângela et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme (Org.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília, IPEA, pp. 113-223, 1990.
- KINDSTEDT, Paul. *Cheese and culture: a history of cheese and its place in western civilization*. Chelsea Green Publishing, 2012.
- KOVTUN, Olena. Pluriatividade e agroindústrias rurais no Maranhão: uma análise baseada no Censo Agropecuário de 2006. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 16, n. 32, p. 189-217, 2019.

- LEESTMA, Joseph. A tropical flour: Manioc in the Afro-Brazilian world, 1500-1800. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos, University of New Mexico, 81p., 2015.
- MALUF, Renato Sergio. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, v. 25, n. 1 p. 299-322, 2004.
- MCGOVERN, Patrick E. *Uncorking the past: the quest for wine, beer, and other alcoholic beverages*. University of California Press, 2009.
- MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; CRUZ, Fabiana Thomé; MENASCHE, Renata. Queijo de Coalho e Queijo Artesanal Serrano: identidades de produtores e de consumidores associadas a atributos de qualidade. In: 8º Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, p. 1-20, 2010.
- MIOR, Luiz Carlos. *Agricultura familiar, agroindústria e redes no desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.
- MULLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- NIEDERLE, Paulo André; WESZ Jr., Valdemar João. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- PAULILO, Maria Inês. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: UFSC, 1990.
- PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Márcio. *A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social*. Frederico Westphalen: URI, 2008.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PREZOTTO, Leomar Luiz. A agroindustrialização de pequeno porte: higiene, qualidade e aspectos legais. *Revista Agropecuária Catarinense*, v. 10, n. 4, p. 8-13, 1997.
- PREZOTTO, Leomar Luiz. *A sustentabilidade da agricultura familiar: implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- PRIEL, Aaron. Supermarket sweep hits small farmers in developing countries. *Just Food*, v. 31, 2004, <<https://www.just-food.com/analysis/supermarket-sweep-hits-small-farmers-in-developing-countries/>>. Acessado em 24 de março de 2023.
- REPORTER BRASIL. *Grandes empresas, grandes negócios: é bom pra quem?*, 2015, <<https://reporterbrasil.org.br/>>. Acessado em 24 de março de 2023.
- WAQUIL, Paulo et al. *O perfil da agroindústria rural no Brasil: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006. Relatório de Pesquisa*. IPEA: Brasília, 2013.
- WESZ Jr., Valdemar João. *As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 236p., 2009.
- WESZ Jr., Valdemar João; TRENTIN, Iran Lovis; FELIPPI, Eduardo. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 6, n. 63, p. 59-85, 2009.
- WILKINSON, John. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

NOTAS

1. Fernandes Filho e Campos (2003) indicam que no Censo Agropecuário de 1996 havia 1.100.838 estabelecimentos, o que equivale a 23,76% do total, enquanto no Censo Agropecuário de 2006, segundo Waquil et al. (2013), 16,7% dos estabelecimentos rurais no Brasil beneficiaram e/ou transformaram algum tipo de matéria-prima, percentual muito próximo ao de 2017.
 2. Para alguns outros produtos (como queijo, manteiga, café processado etc.), ainda que existam dados acerca do volume produzido, não se dispõe de informações sobre o número de produtores.
 3. Esse valor está subestimado porque o Censo não traz o número de estabelecimento com beneficiamento da produção. Assim, calculou-se esse valor apenas com o número de unidades que tinham o processamento de mandioca, que era o mais expressivo, e não se somou os demais porque muito provavelmente o mesmo estabelecimento se envolvia com o processamento de mais de uma matéria-prima.
 4. “Manteiga ou queijo, 3 000 kg; açúcar ou rapadura, 12 000 kg; aguardente de cana, 20 000 litros; vinho e aguardente de uva ou de outras trutas, 10 000 litros; farinha de mandioca, fubá ou farinha de milho, 25 000 kg; farinha de trigo, 12 000 kg; carne seca ou salgada, 5 000 kg; banha, 3 000 kg e toucinho 5 000 kg” (IBGE, 1956, p. xix).
 5. A única exceção ocorreu nos anos em que foi coletada informação sobre a banha (1975, 1980 e 1985), que chegou a 1.019.534 estabelecimentos agropecuários produtores em 1985 (IBGE, 1991).
 6. O “sistema de integração” consiste em uma relação entre produtor e empresa mediada por um contrato formal ou verbal, em que aquele produz determinada matéria-prima exclusivamente para a agroindústria contratante, ao passo que esta se encarrega de disponibilizar os insumos, a assistência técnica e, às vezes, o financiamento das instalações produtivas (PAULILO, 1990).
-

RESUMOS

O processamento da produção agropecuária nas áreas rurais foi, e segue sendo, uma atividade cotidiana praticada por diferentes grupos sociais. A partir dos Censos Agropecuários, este artigo traça um panorama histórico da (agro)indústria rural no Brasil, identificando algumas tendências em relação ao número de produtores e à quantidade produzida dos principais produtos transformados e beneficiados entre 1960 e 2017. Em função de múltiplas e interconectadas razões, percebe-se uma tendência geral de decréscimo da atividade no país, com queda no número de estabelecimentos produtores e na sua quantidade produzida. Não obstante, a agroindustrialização da produção agropecuária pelos próprios agricultores segue existindo e resistindo, mantendo-se como uma importante estratégia de reprodução socioeconômica para muitas famílias rurais.

The on-farm processing of agricultural production was, and continues to be, a daily activity practiced by different social groups. Based on the Agricultural Census, this article outlines a historical overview of the on-farm agro-processing in Brazil, identifying some trends in relation to the number of producers and the produce volume of the main agricultural products processed between 1960 and 2017. For multiple and interconnected reasons, a general trend of decreasing activity in the country is observed, with a drop in both the number of agro-processing establishments and the produce volume. Nevertheless, on-farm agro-processing of agricultural

production continues to exist and resist, remaining as an important socioeconomic reproduction strategy for many rural families.

El procesamiento de la producción agrícola en las zonas rurales fue, y sigue siendo, una actividad cotidiana practicada por diferentes grupos sociales. Con base en los Censos Agropecuarios, este artículo describe un panorama histórico de la (agro)industria rural en Brasil, identificando algunas tendencias en relación con el número de productores y la cantidad producida de los principales productos procesados y transformados entre 1960 y 2017. Por múltiples razones interrelacionadas, se puede observar una tendencia general de disminución de la actividad en el país, con una caída en el número de establecimientos productores y en la cantidad producida. Sin embargo, la agroindustrialización de la producción agrícola por parte de los propios agricultores sigue existiendo y resistiendo, manteniéndose como una importante estrategia de reproducción socioeconómica para muchas familias rurales.

La transformation de la production agricole dans les zones rurales était, et continue d'être, une activité quotidienne pratiquée par différents groupes sociaux. Sur la base du Recensement Agricole, cet article présente un aperçu historique de l'(agro)industrie rurale au Brésil, en identifiant certaines tendances par rapport au nombre de producteurs et au volume de production des principaux produits transformés entre 1960 et 2017. Pour des raisons multiples et interconnectées, on constate une tendance générale à la baisse de l'activité dans le pays, avec une baisse du nombre d'établissements producteurs et de la quantité produite. Néanmoins, l'agro-transformation de la production agricole par les agriculteurs eux-mêmes continue d'exister et de résister, restant une stratégie de reproduction socio-économique importante pour de nombreuses familles rurales.

ÍNDICE

Mots-clés: zone rurale ; la production agricole ; agro-transformation ; Recensement Agricole.

Keywords: rural area; agricultural production; agro-processing; Agricultural Census.

Palabras claves: espacio rural; producción agropecuaria; agroprocesamiento; Censo Agropecuario.

Palavras-chave: espaço rural; produção agropecuária; agroindustrialização; Censos Agropecuários.

AUTOR

VALDEMAR JOÃO WESZ JUNIOR

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

E-mail: valdemar.junior@unila.edu.br